

Grandes decisões



Por **A. Domingues de Azevedo**

Realizou-se no passado dia 22 de Maio, em Beja, uma assembleia-geral extraordinária, para autorizar o Conselho Directivo a alterar o Orçamento de 2010, dotando-o de uma verba suplementar no montante de 20 milhões de euros, que se destina à construção de um centro de formação e à realização do projecto «Casa do TOC».

Como é do conhecimento público, a Ordem, por diversas vezes, tem abordado o projecto «Casa do TOC», estando inclusive a consignar desde há três anos, uma verba anual de 500 mil euros para a realização deste tão ansiado projecto. Foram já visitados alguns espaços que a Ordem entendeu não reunirem as condições desejadas.

Entretanto, têm surgido na vida da Instituição novas realidades para as quais é necessário procurar soluções.

Têm sido muitas as críticas que nos têm chegado dos colegas de Lisboa quanto à falta de condições dos espaços onde se realizam diversos eventos organizados pela Ordem, com especial relevo para as acções de formação segmentada e permanente, bem como as reuniões livres. Por outro lado, os valores que anualmente se têm pago pelo aluguer de espaços e equipamentos, só no distrito de Lisboa, constitui já uma pequena fortuna.

Da leitura que fazemos da evolução da profissão, a formação ocupará um importante e imprescindível papel no seu crescimento e consolidação, pelo que esta temática deve merecer uma análise muito profunda por parte dos seus dirigentes, não só quanto ao seu custo, mas também quanto à sua qualidade.

Só o aluguer de espaços e equipamentos para a formação no distrito de Lisboa - formação eventual, permanente, segmentada e reuniões das quartas - atingiu em 2009 o montante de

355 850 euros e, nos anos anteriores, valores muito próximos.

Esta realidade acabou por despertar em nós a necessidade de um empreendimento conjunto que englobasse a «Casa do TOC» e, ao mesmo tempo, pudesse funcionar como centro de formação, dando por essa via resposta às inúmeras solicitações dos profissionais.

A discussão na assembleia-geral, a exemplo de outros temas, não abordou com profundidade as vantagens e desvantagens do tema, limitando-se, em alguns casos, a formular meras críticas, sem que, no entanto, fossem apresentadas alternativas.

Uma das questões colocadas prendia-se com a sustentabilidade financeira do projecto. Quanto a este aspecto, as contas que fazemos são lineares e simples. Neste momento, a Ordem está a consignar anualmente uma verba de 500 mil euros para o projecto «Casa do TOC» que, com a sua concretização, seriam libertados anualmente para amortizar o investimento.

Dispondo a Ordem de instalações que lhe permitam eliminar os custos que suportou em 2009 com o aluguer de espaços e equipamentos no distrito de Lisboa, temos já uma disponibilidade acumulada de 855 850 euros anuais.

A estrutura que está pensada comportará, para além da «Casa do TOC», um auditório para cerca de 1 500 participantes e um espaço de estacionamento para cerca de 500 veículos.

Esta estrutura, logo que concluída, constituirá, para além de um meio da Ordem disponibilizar aos seus membros um espaço condigno para a formação e outros eventos, uma fonte de receita acessória que se revelará fundamental na evolução da profissão nos próximos anos.

Das informações que temos, um investimento de 20 milhões de euros por um período de 20 anos,



corresponderá a uma amortização mensal de cerca de 110 mil euros. Ora, este montante vezes 12 meses dá um total anual de 1 320 000 euros. Desta verba, entre a consignação e a poupança, temos um valor de 855 850, o que quer dizer que teremos um aumento de exfluxos financeiros de 465 mil euros anuais, a que correspondem 38 750 euros por mês.

É minha convicção que a estrutura será susceptível de gerar os fluxos financeiros necessários ao aumento dos respectivos exfluxos. Evidentemente que o momento, atendendo à situação económica, assusta um pouco, mas, conforme vimos, não estamos a embarcar em nenhuma aventura. É exactamente nos momentos em que muitos não acreditam que se tomam decisões que mudam o rumo de muitas coisas. Naturalmente que não equacionamos a

possibilidade de vender património, pois entendemos que tal não será necessário. No entanto, caso as coisas não corressem como o previsto, teríamos sempre essa almofada que poderia ser utilizada.

Porque acreditamos neste investimento, e porque o julgamos fundamental para o futuro da profissão, já estamos a contactar empresas de *leasing*, com vista a obtermos propostas para o financiamento.

Alguns não acreditarão, entenderão até de forma diferente este passo, mas a história está do nosso lado, pois sempre tivemos a coragem de ultrapassar opiniões divergentes quando construímos o significativo património que hoje a Ordem dispõe. Não tenhamos dúvidas: é nos momentos de crise que se tomam as grandes decisões. ⌘